



Enero 2018 - ISSN: 1988-7833

ASPECTOS HISTÓRICOS INFLUENCIADORES DOS ATUAIS DESAFIOS DA AMÉRICA LATINA: UMA ABORDAGEM DESCRITIVA

Beatriz Leal Vieira,
UNESCO, beatrizlv16@gmail.com

Julio Cesar Zilli,
UNESCO, zilli42@hotmail.com

Adriana Carvalho Pinto Vieira,
UNESCO, dricpvieira@gmail.com

Para citar este artículo puede utilizar el siguiente formato:

Beatriz Leal Vieira, Julio Cesar Zilli y Adriana Carvalho Pinto Vieira (2018): "Aspectos históricos influenciadores dos atuais desafios da América Latina: uma abordagem descritiva", Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales, (enero-marzo 2018). En línea: <http://www.eumed.net/rev/cccss/2018/01/desafios-america-latina.html>

Resumo:

Este estudo tem por objetivo analisar aspectos relativos ao desenvolvimento histórico da América Latina, pontuando temas importantes que podem explicar desafios atualmente críticos na região. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa com característica essencialmente qualitativa. Quanto aos fins, optou-se por uma pesquisa histórica descritiva, e, bibliográfica e documental, quanto aos meios de investigação. Priorizando dados secundários históricos datados do século XVI até século XX, foram analisados por meio de uma análise de conteúdo. Os resultados apontam que no período ocorreram fatos marcantes que desencadearam processos complexos como exploração, desigualdade social, reforma agrária e dívida externa e interna, que ainda estão presentes no século XXI. O processo de colonização da América Latina fez sua história ter sucessivas eras de exploração, interesses monopolistas, favorecendo dívidas com outros países, excluindo as possibilidades de crescimento interno, tornando os países latinos dependentes das metrópoles, com produção limitada aos interesses externos e a população refém de gestores incapazes de trabalhar o bem coletivo.

Palavras-chave: América Latina. Colonização. Desenvolvimento. História da América.

HISTORICAL ASPECTS INFLUENCING CURRENT LATIN AMERICAN CHALLENGES: A DESCRIPTIVE APPROACH

Abstract:

This study aims to analyze aspects related to the historical development of Latin America, highlighting important themes that may explain current challenges in the region. Methodologically, this is a research with an essentially qualitative characteristic. As for the purposes, a descriptive and bibliographical and documentary historical research on the means of investigation was chosen. Prioritizing historical secondary data dating from the 16th to 20th centuries that were analyzed through content analysis. The results indicate that during the period there were marked events that triggered complex processes such as exploitation, social inequality, agrarian reform and external and internal debt, which are still present in the 21st century. The process of colonization of Latin America has had its history of successive eras of exploration, monopolistic interests, favoring debts with other countries, excluding the possibilities of internal growth, making the Latin countries dependent on the metropolis, with production limited to external interests and the population hostage of managers incapable of working the collective good.

Keywords: Latin America. Colonization. Development. History of America.

1 INTRODUÇÃO

Recentemente, em discurso de encerramento em colóquio internacional no México, a secretária-executiva da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), Alicia Bárcena, solicitou que os países da região mudassem o estilo de desenvolvimento em vigor e transitem para um desenvolvimento sustentável com foco na igualdade. O apelo oriundo da CEPAL vai ao encontro do histórico problemático dos países da América Latina.

Com uma colonização comparada ao parasitismo, as terras latinas sofreram com exploração europeia, que além de dizimar com cultura e população local, saquearam as riquezas da região e decresceram as possibilidades de crescimento econômico da região por meio de medidas protecionistas.

A ousadia com que exploradores portugueses e espanhóis tomaram como escravos as populações locais, e os submetiam às suas religiões não tem semelhança alguma com a colonização anglo-saxônica ocorrida nos Estados Unidos da América - EUA e Canadá. As diferentes maneiras de colonização da América foram decisivas para contar à história que se seguiu.

Marcada por dependência das metrópoles, com sistemas governamentais em crise constante, a América Latina caminhou para ser um espaço de grandes contrastes sociais e pouca credibilidade do mercado externo. Com gestores que lutaram indistintamente pela posse, planejamentos em longo prazo foram substituídos por guerra de poder; os débitos herdados por sucessivos governos deram o título de uma das regiões mais endividadas do mundo.

A partir deste contexto, o estudo objetivou analisar aspectos relativos ao desenvolvimento histórico da América Latina, pontuando temas importantes que podem explicar desafios atualmente críticos na região.

Com relação à metodologia aplicada ao estudo, optou-se por uma abordagem essencialmente qualitativa, uma vez que conforme Silva (2014), este tipo de abordagem não apresenta técnicas estatísticas ou medidas, e tampouco o enfoque na frequência, procurando a compreensão e suas consequências. Quanto aos fins de investigação, a característica descritiva histórica foi aquela que melhor respondeu ao objetivo do estudo. De acordo com Triviños (1987), a pesquisa descritiva tem por objetivo descrever fatos e fenômenos de uma determinada realidade.

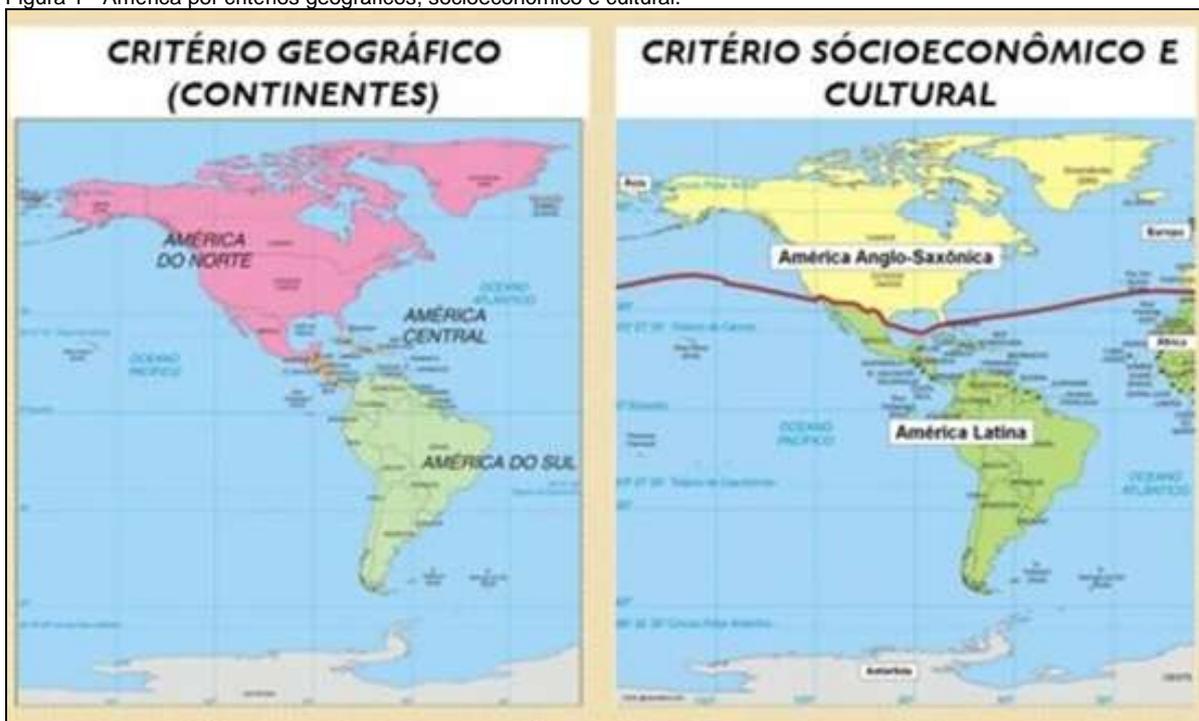
Quando aos meios de investigação, caracterizou-se como uma pesquisa bibliográfica e documental (FONSECA, 2002), uma vez que os dados foram coletados exclusivamente de fontes secundários (LAKATOS; MARCONI, 2010). Dentre os documentos e relatórios utilizados para a pesquisa, destacam-se aqueles emitidos pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL).

Para a análise dos resultados, optou-se pela análise de conteúdo (MORAES, 1999), pois permite interpretar fenômenos de uma forma mais profunda, apresentando questionamentos, suas finalidades, por meio de relatórios e demais documentos disponíveis para análise.

2 AMÉRICA LATINA - DEFINIÇÕES

A definição de América Latina é estabelecida por critérios socioeconômicos e culturais dentro do continente americano, que conforme a Figura 1 se contrapõe a América Anglo-Saxônica formada basicamente pelos EUA e Canadá. A América continente, por critérios geográficos é dividida entre América do Sul, do Norte e Central (CORDEIRO, 2017).

Figura 1 - América por critérios geográficos, socioeconômico e cultural.



Fonte: Adaptado de Cordeiro (2017)

A divisão socioeconômica estabelecida no continente americano surgiu gradativamente à medida que ciclos econômicos e políticos se tornavam semelhantes entre os trinta e três países definidos como latino americanos. A história de colonização desses países, ocorridos quase simultaneamente, por Espanha e Portugal, também contribuiu para criar laços culturais entre essas nações, que no século XIX passaram a ser definidos como países da América Latina. Isto se deu em contraste com a América Anglo-Saxônica que foi colonizada pela Inglaterra e iniciou a sua construção com aspectos industriais mais desenvolvidos (CARDOSO; HELWEGE, 1993).

De acordo com a Comissão Econômica para América Latina e Caribe – CEPAL (2017a), a população da América Latina, em 2015 estava em cerca de 619 milhões de habitantes, com renda *per capita* anual de 9 mil dólares. No entanto, o que se destaca na economia da região é a crescente dívida externa e interna dos países membros.

Historicamente, o desenvolvimento econômico e mais especificamente industrial da América Latina perpassa obrigatoriamente pelos processos de endividamento externo que países membros com destaque para anos de governos de regime militar e/ou autárquicos por natureza, até a década de 1980 com a retomada de processos democráticos e ensaios primários de desenvolvimento na integração entre mercados. A dívida externa tem um papel crucial para processo de democratização e desenvolvimento econômico. Por mais esforços de gerações em diversos segmentos da produção - não somente os setores de menores ingressos, mas a antiga pequena burguesia e as camadas médias de profissionais e técnicos - todos continuam sem considerável evolução (BORON, 2002).

A situação de endividamento sempre trouxe preocupações para analistas econômicos. Segundo o relatório de 2016 da Agência Internacional de Classificação de Risco Moody's publicado (DUGAR, 2016), a América Latina tem atualmente na sua caracterização da dívida focada do setor público, e entre os países, com maior velocidade de crescimento, o Brasil.

A América Latina teve a segunda proporção média mais alta de dívida externa para Produto Interno Bruto (PIB) entre as quatro regiões, com 48% no final de 2015, em comparação com 78% na Europa emergente, 47% para a Ásia-Pacífico e 43% para o Oriente Médio e a África. No entanto, ao contrário das outras regiões, a dívida do setor público em 25% do PIB é, na verdade, um pouco maior do que a dívida do setor privado em 23%. A dívida está crescendo mais rápido no Brasil do que na região como um todo, empurrando a dívida externa do país para o PIB em relação a 38% em 2015, de 22% em 2005. Embora este seja ainda um nível relativamente baixo no contexto global, o índice continuará crescendo se a economia brasileira se abater (DUGAR, 2016).

Somado a isso, a desigualdade na distribuição de renda é a causa de extensa pobreza registrada em vários países, provocada por um longo processo histórico que envolve grupos de

exploradores e explorados, favorecendo a divisão da região em grupos sociais extremos (ROMERO, 2004).

3 AMÉRICA LATINA: ASPECTOS HISTÓRICOS

A carta de Cristóvão Colombo, escrita em 1493 anunciando a descoberta do Novo Mundo à Coroa: ilustra de maneira clara a exploração que viria a partir dos descobrimentos nas terras latinas:

Eu vos escrevo, Senhor, sabendo do grande prazer que tereis ao tomar conhecimento de que Nosso Senhor deu um resultado triunfal à minha viagem. Sabei, portanto, que, em trinta e três dias cheguei às Índias com a armada que me deram meus ilustres senhores, o rei e a rainha. Achei aí numerosas ilhas das quais tomei possessão em nome de Suas Altezas por proclamação fazendo desfaldar o estandarte real e não encontrei nenhuma oposição (BIBLIOTECA DIGITAL MUNDIAL, 2017, p.1).

Portugal e Espanha, ambos os países em regime de monarquia, atrelados à Ordem Religiosa se organizaram na conquista de terras americanas após descoberta da América fazendo das terras suas colônias de exploração. A divisão de territórios ocorreu por meio do Tratado de Tordesilhas acordado em 1494, entre Portugal e Espanha, que definia o lado Leste do chamado Novo Mundo para os portugueses e Oeste para Espanha (CARDOSO; HELWEGE, 1993).

A linha imaginária de divisão era traçada a 370 léguas a Oeste da Ilha de Cabo Verde, conforme Figura 2.

Figura 2 - Linha imaginária que definia a divisão de territórios no Tratado de Tordesilhas.



Fonte: Adaptado de Google Maps (2017).

Em busca de recursos naturais e especiarias abundantes, as navegações chegaram ao Novo Mundo trazendo disputas e massacres à população indígena. Enquanto espanhóis retiravam metais de regiões ao norte como Peru e México, os portugueses no Brasil exploraram a mão de obra indígena para plantar açúcar, pois além de levarem mais tempo até descobrirem as fontes de ouro brasileiras, os indígenas não tinham domínio da metalurgia aurífera (FURTADO, 1970)

A exploração de ouro e prata a Coroa Espanhola fez uma série de confiscos acumulando todos os minérios e desencorajando toda produção que pudesse a vir competir com a Espanha. Do mesmo modo que os primeiros mineradores que vieram para o novo continente focavam em aumentar riquezas e investir na sua terra natal, deixando as colônias com pouca demanda interna para estabelecimento de indústrias (CARDOSO; HELWEGE, 1993)

A Espanha em sua ocupação territorial fez criar uma base econômica capaz de consolidar a conquista de novas terras. Foi instituído um regime conhecido como *encomienda* ou *repartimiento* os quais grupos de indígenas eram adotados por um espanhol que os instrua no cristianismo em troca de mão de obra gratuita, o qual não funcionou e deu origem as formas de escravidão, onde comunidades indígenas foram dizimadas por doenças devido às duras e excessivas cargas de trabalho (FURTADO, 1970).

A ação individual, serviu de base à ocupação dos territórios americanos, se realizou dentro de um quadro contratual estritamente delimitado pelo Estado espanhol e português. No caso da Espanha, cuja a ocupação territorial quase sempre passou pela conquista e submissão de populações indígenas, e a mão de obra seria explorada, a articulação entre ação individual e tutela estatal assume maior significação. Por meio de capitulações, o Estado transferia para seu conquistador individual um certo número de prerrogativas, ao mesmo tempo que exigia dele certas obrigações. As recompensas outorgadas pelo Estado espanhol assumiram de forma definitiva na instituição de *encomienda*. Esta é uma expressão utilizada na Espanha para designar as terras e as rendas atribuídas ao comandante de uma Ordem Militar. Encomendava-se ou confiava-se a um conquistador um núcleo de população indígena, cabendo-lhe a responsabilidade de cristianizá-la (FURTADO, 1970, p. 30).

A ação dos religiosos nesta época foi determinante na catequização dos povos latinos. Em 1520, o México e outros territórios encontravam-se nas mãos dos cristãos que abriam caminhos para os missionários que viriam a evangelizar civilizações inteiras (MAHN-LOT, 1984). Donghi (1989) reforça a ideia de que desde o período colonial a relação desses países foi de submissão às metrópoles europeias, com característica marcante de exploração. O objetivo era obter o maior número possível de dinheiro com um gasto mínimo de recursos.

No Brasil, as diferenças regionais do país contribuíram para diferentes setores a serem explorados pela Coroa Portuguesa. O norte era explorado com extração de cana de açúcar; a região central com as minas, ao mesmo tempo em que a expansão portuguesa iniciava a penetração na Amazônia e a abertura de novos territórios do Rio Grande do Sul destinados à criação de gado (DONGHI, 1989)

O polo açucareiro que usava formas arcaicas de organização e técnica teve relevância na economia colonial brasileira, sobretudo quando ocorreu um colapso na produção açucareira das Antilhas Francesas. Tal produção, no fim do século XVII, devido à mão de obra inadequada dos indígenas, culminou então no início do tráfico negreiro vindo da África (FURTADO, 1970).

Valores oriundos do mercantilismo deixaram marcas nos países da América Latina. O protecionismo vindo das metrópoles europeias prejudicou, por exemplo, países como Chile, Argentina, Uruguai que não conseguiam aumentar suas exportações de trigo e cereais, do mesmo modo que outras colônias latinas americanas viam dificuldades em competir no mercado inglês com algodão da América do Norte e açúcar do Caribe (CARDOSO; HELWEGE, 1993).

Quadro1 - Característica do Mercantilismo: política econômica utilizada pelos países europeus durante a Idade Moderna (1453 a 1789).

METAS	MEDIDAS
Balança comercial superavitária	Buscar exportar mais do que importar.
Protecionismo	Políticas que visavam estimular a importação e restringir a exportação de matérias primas
Identificação de riqueza com riqueza metálica	Conservar no país maior número de ouro e prata afim de ter muito riqueza nacional.
Intervenção Estatal	Garantia dos monopólios comerciais em benefício do estado.
Pacto Colonial	Legislação mercantilista que impedia que a Colônia comercializasse ou produzisse várias manufaturas

Fonte: Adaptado de Mattos (2007)

As medidas mercantilistas que beneficiavam somente as metrópoles, e fez as colônias preferirem investir na agricultura a investirem nas manufaturas, enquanto que as atividades relacionadas ao mercado externo, devido ao excesso de protecionismo ser prejuízo dentre as diversas aplicações de capital (MATTOS, 2007).

Após longo período de exploração desmedida, por volta de 1820 as colônias entraram em um processo progressivo de independência. Motivados com o excesso de restrições comerciais e tributos sem nada em troca; o conflito das novas gerações na América, descendentes de europeus que exigiam mesmos direitos; os conflitos com indígenas que exigiam poder a mais terras; e, sobretudo

com o domínio do trono espanhol pela França, o domínio de Portugal e Espanha às terras latinas começava a ruir (CARDOSO; HELWEGE, 1993).

Valores da Revolução Francesa também contribuíram para o surgimento de ideias libertadoras nas colônias portuguesas e espanholas, já que esse movimento desencadeado pela massa burguesa contra a nobreza estabelecia direitos aos cidadãos (GOMES, 1966).

Gomes (1966) descreve que as lutas de independência desses países foram de guerras sangrentas estabelecidas basicamente em três regiões: Nova Granada (a atual Colômbia) e Venezuela; a costa ocidental no Peru; e região do Rio da Prata, referenciado como Argentina com destaque para as ações dos líderes General Francisco de Miranda, Simón Bolívar e San Martín.

Já no Brasil, a independência tardia chegou em 1822 envolvendo conflitos da família real portuguesa. Quando Napoleão invadiu Lisboa, a família real portuguesa fugiu para o Brasil e instalou a Corte no Rio de Janeiro, fazendo com que algumas medidas administrativas fossem obrigadas a serem tomadas. A presença física de Dom João VI alavancou medidas liberais na economia, como a abertura dos portos, diminuindo consideravelmente os monopólios que europeus exerciam e, atingindo negativamente os interesses comerciais da Metrópole. Em 1821, a Corte Portuguesa retorna para Portugal e deixa Dom Pedro como príncipe Regente, com intenção de tomar medidas para recolonizar o Brasil (GRANDES PERSONAGENS DA NOSSA HISTÓRIA, 1972).

Mesmo com as crescentes pressões e tentativas de revolução em favor da liberdade no país, a Coroa Portuguesa permanecia irreversível. O governo português estabelecia leis e decretos que invalidavam os tribunais do Rio de Janeiro (Brasil) e unificavam obediência somente os tribunais portugueses, seguido de ordem para que Dom Pedro retorne a Portugal. O que vem a seguir é a resistência do príncipe, estabelecendo em nove de janeiro do ano seguinte o dia do “fico” quando Dom Pedro decide ficar no Brasil, e desobedecer a Coroa (GOMES, 1966).

Posteriormente, Dom Pedro instituiu a independência do Brasil em troca de uma considerável soma a Portugal. Essa dívida resultou em grandes empréstimos estrangeiros (principalmente à Inglaterra) que prejudicava ainda mais a situação do país, já que estava com uma economia estagnada, com muitos produtos estrangeiros no mercado nacional e com crescentes desajustes sociais e políticos (GRANDES PERSONAGENS DA NOSSA HISTÓRIA, 1972).

Nesse período, a população não era mais a mesma. Os descendentes de europeus nascidos em terras latinas agora se misturavam às várias raças e formavam uma sociedade mais próxima das cidades: “Grupos de mestiços e mulatos cresceram consideravelmente, e a eles foram se juntando sucessivamente seus filhos e seus netos, bem como os novos mestiços e mulatos nascidos de novas uniões misturadas. E não só cresceram em número, como também, como os criollos, cresceram em significação social” (ROMERO 2004, p.158)

No entanto, conforme um novo padrão de poder foi se firmando, com a destruição de um processo histórico sobre índios e negros escravos, as novas relações impuseram a ideia de que dominados seriam inferiores em sua natureza, e conseqüentemente na produção histórico-cultural. Assim, a questão racial tomou tamanha proporção que foi vinculada à materialidade das pessoas dessa nova sociedade (QUIJANO, 2005).

A experiência continuamente reproduzida das novas relações e de seus pressupostos e sentidos, assim como de suas instituições de controle e de conflito, implicava, necessariamente, uma autêntica reconstituição do universo da subjetividade, das relações intersubjetivas da população da espécie, como dimensão fundamental do novo padrão de poder, do novo mundo e do sistema-mundo que assim se configurava e se desenvolvia. Desse modo, emergia todo um novo sistema de dominação social. Especificamente, o controle do sexo, da subjetividade, da autoridade e de seus respectivos recursos e produtos, de agora em diante não estará só associado a, mas sim dependerá, antes de tudo, da classificação racial, já que o lugar, os papéis e as condutas nas relações sociais, e as imagens, estereótipos e símbolos, com relação a cada indivíduo ou cada grupo, em cada um daqueles âmbitos de existência social, estarão daí em diante incluídos ou vinculados ao lugar de cada um na classificação racial (QUIJANO, 2005)

Devido ao processo de reconstrução que quase todos os países recém-independentes passaram, muitos conflitos de interesses dos que disputavam o poder começaram a ocorrer. Cardoso e Helwege (1993) apontam que entre 1830 e 1850 a violência prejudicou o desenvolvimento dessas nações, dando origem à tradição de assumir o controle do governo pela força, enfraquecendo possibilidades de se instituir a democracia. Os autores ainda reforçam outro aspecto que esses conflitos trazem: “[...] a violência associada à primeira metade do século XIX teve sérias repercussões econômicas” (CARDOSO; HELWEGE, 1993, p.52).

De acordo com Eduardo Galeano no documentário *History Channel* (2007), as histórias das independências nasceram junto com a dívida externa, colocando os países em situação de “enforcados” graças a ação de heróis da independência que hipotecaram internamente aos europeus.

No mesmo documentário, o historiador Manoel Chust Calero fala do aceite da Grã-Bretanha em aceitar as independências da América Latina, em troca de empréstimos a juros elevados com os bancos britânicos, o que gerou em cerca de quinze anos uma dívida impagável. Em meados de 1828, todos os países latinos americanos com exceção do Brasil suspenderam o pagamento aos bancos londrinos, gerando bloqueios e mais prejuízos às economias.

3.1 OS CONFLITOS

Com as guerras causadas com a independência, a maioria dos países latinos americanos sofreu com tributação e restrições impostas pelos espanhóis. Somado a isso, o controle do governo com uso de força prejudicou a possibilidade da firmação da democracia. O único país que conseguiu se afastar dessa realidade foi Chile, que tinha certa autonomia, e não teve em suas raízes históricas ao domínio da Espanha. (CARDOSO; HELWEGE, 1993).

Outro país que gozava de imenso crescimento graças ao seu modelo econômico era o Paraguai, que por conta de envolvimento em uma guerra, acabou com as suas possibilidades de ascensão. Antes da guerra, o Paraguai era o único país com modelo econômico de desenvolvimento autônomo a partir de suas próprias forças. Ele havia praticado o isolamento e fechado seu mercado ao exterior e, conseqüentemente não possuía nenhum empréstimo com exterior (AMAYO, 1995).

3.1.1 Guerra do Paraguai (1864-1870)

Por volta de 1864, o Brasil em ação de intervenção no Uruguai, despertou no insano ditador do Paraguai Francisco Solano Lopez, a afronta de aprisionar tripulação e passageiros de navio brasileiro em Assunção, oficializando o início da Guerra do Paraguai, ou guerra contra o Paraguai, já que Brasil, Argentina e Uruguai se uniram em um tratado que ficou conhecido como Tríplice Aliança. Os combates de Lopez foram caracterizados sendo inúteis e mortíferos, com problemas cada vez maiores para os chefes militares paraguaios, que eram constantemente acusados de conspiração e traição pelo tirano, estendendo sofrimento a toda população do Paraguai, que era induzida a fugir recuando de territórios em guerra (GOMES, 1966).

Nesse conflito, é notável a participação indireta da Inglaterra contribuindo para financiar os países que lutavam contra o Paraguai, fazendo os multiplicar sua dependência à Europa por meio de dívidas. O Uruguai recebeu mais de quatro milhões de libras esterlinas de 1864 a 1871; Argentina de 1865 a 1876 negociou oito empréstimos com Inglaterra totalizando mais de dezoito milhões de libras, enquanto que o Brasil, entre 1824 e 1865, tinha acumulado empréstimos num montante de dezoito milhões de libras esterlinas (AMAYO, 1995).

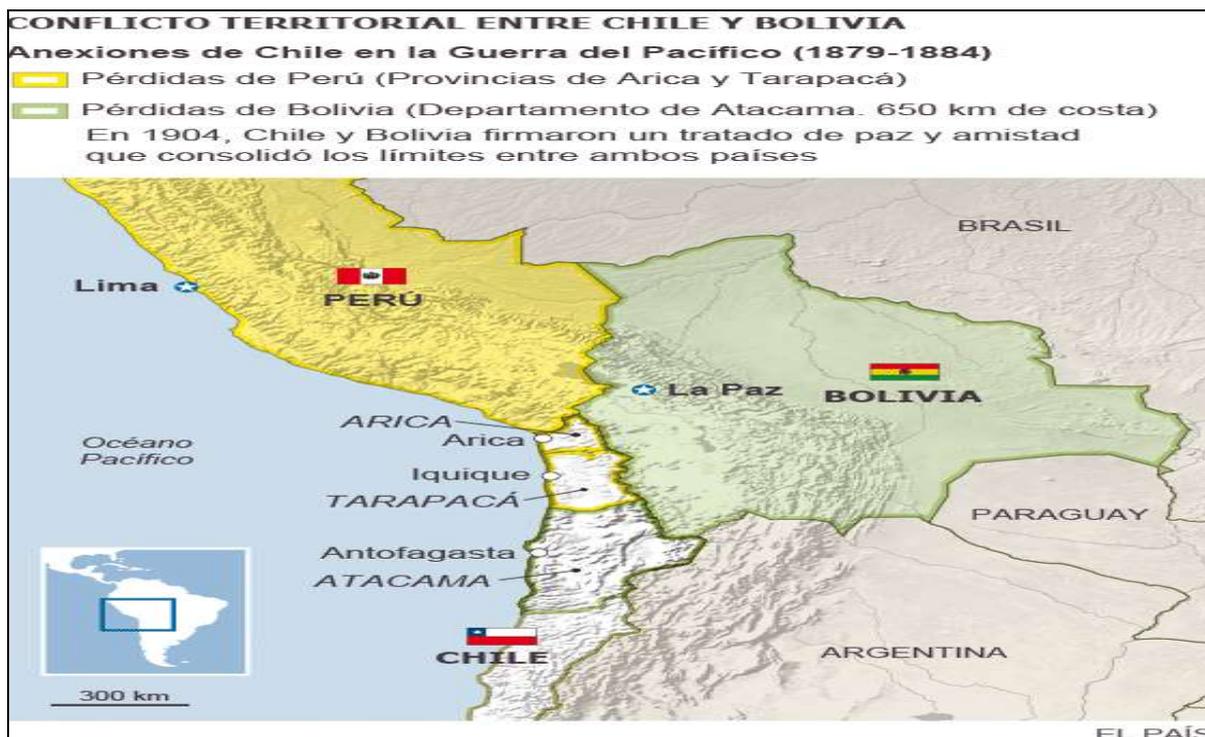
Em números, a Guerra do Paraguai devastou com a população paraguaia, que no início do conflito detinha cerca de um milhão de habitantes, e em quatro anos estava reduzida a quase duzentos mil pessoas, com destaque para a dizimação masculina, já que Lopez induziu até meninos de onze anos a fazerem parte das batalhas (GOMES, 1966).

Para Argentina, houveram ganhos territoriais, fortalecimento político e bônus econômicos pois o Império do Brasil comprava os suprimentos para a guerra em terras argentinas. O Paraguai, além de perder sua população, acabou com seus recursos econômicos, perdeu territórios, e a chance de expansão capitalista. Enquanto que no Brasil, o Império se sentia em seu período de apogeu por vencer uma guerra, ignorando o déficit público e a dívida externa provocada pelo conflito (HISTÓRIA, 1998).

3.1.2 Guerra do Pacífico (1879-1883)

A guerra do Pacífico também conhecida como a guerra dos dez centavos, envolvia a exploração chilena de nitratos (guano e salitre) na região do litoral do pacífico. O conflito se iniciou com a Bolívia, sendo pressionada pelo Peru, com a quebra de um Tratado de 1874 que impedia cobrança de novos impostos sobre os minerais. Empresas chilenas não aceitaram pagar a diferença dos 10 centavos de peso para cada 100kg de salitre extraídos do território boliviano desencadeando em 1879 o conflito entre Chile contra Bolívia e Peru, que mais uma vez contou com apoio e pressão de ingleses, que tinham empresas atuando naquele setor. O resultado da guerra foi a Bolívia perder a província de Antofagasta, ficando sem uma saída soberana para o mar, e o Peru perder a província de Região de Tarapacá, conforme destaca a Figura 3 (FILIPPI, 2015).

Figura 3 - Mapa das áreas tomadas pelo Chile na Guerra do Pacífico.



Fonte: Ferrer (2015, p.1).

3.1.3 Outros conflitos na América Latina e a intervenção norte-americana

O século XIX se inicia com EUA tentando substituir a Grã-Bretanha da hegemonia em terras latinas. Já em 1902, a Venezuela recebeu apoio dos americanos na cobrança de dívidas dos europeus. A intervenção dos EUA na América Latina vai tomando maiores proporções a medida que a região traz lucros para a potência norte-americana. Por volta de 1914, mais de 30% das exportações brasileiras eram destinadas para os EUA. Após a Primeira Guerra Mundial se tornou a maior fonte de investimento estrangeiro (HISTÓRIA, 1993).

A liderança da Inglaterra começa a ser ameaçada por países industrializados, principalmente Alemanha e EUA, que fazem um maior controle sobre os países fornecedores de produtos primários situados na África, Ásia e América Latina, já que a demanda aumentou por produtos industrializados. Assim, surgem as diversas intervenções americanas buscando preservar seus interesses econômicos: *i)* Na Argentina, os EUA congelam as reservas argentinas em ouro, e proibem transporte de suas mercadorias em barcos norte-americanos mediante o golpe militar de 1943 no país; *ii)* Na Bolívia, que em 1930 possuía a segunda colocação mundial de produção, em meados da Segunda Guerra Mundial, foi obrigada a assinar um contrato de cinco anos com EUA e Inglaterra fixando preço do estanho trazendo lucro de aproximadamente US\$670 milhões de dólares para os dois países; *iii)* Na Guatemala, em 1954 a *Central Intelligence Agency* (CIA) financia e organiza a operação “Éxito” substituindo o governo de Arbens por uma junta militar com a alegação de infiltrações comunistas no país, mas que no entanto tinham origem na reforma agrária promovida por Arbens que prejudicava a norte americana *United Fruit Company* (UFCO), em territórios da Guatemala (AYERBE, 2002).

As tentativas de intervenções dos EUA na América Latina também influenciaram à revoluções, como a ocorrida no México de 1910 a 1920. A disputa de hegemonia sobre a América Latina apontou duras rivalidades entre países europeus e os EUA, e atrelados ao incentivo de intelectuais mexicanos que desejavam políticas mais nacionalistas. E de forma inédita, a elite governante mexicana decide se distanciar dos EUA, privilegiando negociações mais vantajosas com a Europa. A revolução mexicana foi um conflito armado com ênfase para exército de camponeses, que teve resultados significativos na economia, na política, na diplomacia, nos campos social e cultural e nas relações entre Estado e Igreja. Destaca-se como resultado da revolução, o Plano Ayala que tinha as seguintes medidas: “a) exige a restituição imediata das terras e a criação de tribunais revolucionários; b) obriga os fazendeiros e latifundiários, a esclarecer e justificar a legalidade da propriedade das terras; c) põe o bem-estar coletivo acima do individual, e d) estabelece o direito de defesa, com armas, das conquistas realizadas” (RAMPINELLI, 2011, p.98).

A força da Revolução Mexicana, através de movimento conhecido como Zapata, obrigou líderes políticos a incorporar a reforma agrária na Constituição de 1917, firmando oficialmente o direito comunitário à terra, o que é considerado um modelo de política governamental de bem-estar

rural, onde cerca de dois milhões de camponeses vivem sob programas satisfatórios, e longe de uma possível vida marginal que teriam nas cidades (CARDOSO; HELWEGE, 1993).

A Revolução Mexicana esteve, portanto, profundamente marcada pelo caráter agrarista, tanto que a luta pela terra tornou-se o grande motivo deflagrador do processo; foi caracterizada como burguesa agrária, visto ter sido a facção vencedora da luta armada; foi chamada de nacionalista, por conta da formação de seu mercado interno e do protecionismo de suas riquezas; dita anti-imperialista por conta de suas leis antimonopólios diante dos Estados Unidos, que se apropriavam das terras e das minas; e, por fim, anticapitalista devido ao Plano de Ayala com seus princípios coletivistas (RAMPINELLI, 2011, p.104)

Outra revolução marcante na América Latina com participação latente dos EUA foi Revolução Cubana iniciada em 1959: um movimento armado e guerrilheiro, como a resposta às constantes intervenções dos EUA. Apesar de oficialmente autorizadas, através da Constituição de Cuba de 1902, com chamada Emenda Platt, que autorizava os EUA intervir a qualquer momento em que interesses recíprocos de ambos os países fossem ameaçados, a gestão norte-americana mostrava ingerência, instabilidade, corrupção e regimes autoritários (SILVA, 2006).

A independência de Cuba do domínio espanhol em 1902 representou a passagem do colonialismo espanhol para o neocolonialismo norte-americano. A ilha continuou a ser, essencialmente, uma plantação açucareira. Os assim chamados tratados de reciprocidade comercial com os EUA especializaram ainda mais o país como produtor de açúcar, lhe impedindo o desenvolvimento industrial. O mercado interno estava saturado de produtos manufaturados estadunidenses com preferências tarifárias em troca das que eram concedidas ao açúcar cubano. Este modelo neocolonial aprofundou o subdesenvolvimento e a dependência da sociedade cubana. A situação encontrada pela revolução ao chegar ao poder em janeiro de 1959 era a seguinte: o comércio exterior estava sob controle dos EUA, que fornecia 75% das importações e adquiria 66% das exportações cubanas; as reservas de divisas haviam minuído de US\$ 513.9 milhões em 1952 para US\$ 84.5 milhões em 1958; os principais setores da economia- 100% da produção de níquel e 50% da produção açucareira- estavam em mãos de capitais norte-americanos, que usufruíam das melhores terras e de quase todas as minas; 90% dos serviços públicos de eletricidade e telefonia eram de propriedade estadunidense, bem como 50% das estradas de ferro e 23% das indústrias não-açucareira; o capital norte-americano, cuja estratégia investidora tendia a reforçar a deformação estrutural da economia, somava US\$ 1.1 bilhão que geravam rendimentos anuais de US\$ 100 milhões (LÓPEZ SEGRERA, 1993, p. 27-28).

Cuba despertou a ira dos norte-americanos quando o revolucionário primeiro-ministro Fidel Castro inicia processos de nacionalização de setores comerciais privados, decretação de reforma agrária e posteriormente, acordos com a então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas-URSS. A resposta foram embargos e uma longa história de discussões entre os dois países, que como vemos no Quadro 2 só começaram a serem amenizadas por volta de 2010 com governo Obama (EL PAIS, 2014):

Quadro 2 - Cronologia da relação Cuba e EUA.

ANO	ACONTECIMENTOS
1959	Fidel Castro entra em Havana e põe fim ao regime de Fulgencio Batista. Começa assim a ditadura Castro comandada agora por seu irmão Raúl. A Lei de Reforma Agrária é aprovada para eliminar os latifúndios dos proprietários de terra.
1960	O Congresso dos EUA autoriza o presidente Eisenhower a estabelecer e manter um embargo total para todo o comércio entre os EUA e a ilha.
1961	Em 3 de janeiro, EUA e Cuba cortam relações diplomáticas. Entre 17 e 19 de abril de 1961 ocorre a tentativa de invasão de Cuba através da Baía dos Porcos. Castro proclama o caráter socialista, marxista-leninista da Revolução.
1962	Em 3 de fevereiro de 1962, depois da expulsão de Cuba da Organização dos Estados Americanos (OEA), Kennedy autoriza o bloqueio total do país. A Casa Branca proíbe a ajuda a Cuba e que qualquer outro país preste auxílio à ilha. Nesse mesmo ano ocorre a crise dos mísseis: o presidente Kennedy anuncia que foram descobertos em Cuba mísseis de ataque da União Soviética. Nikita Krushchev aceita retirar os 42 mísseis que já estavam instalados em San Cristóbal. Em troca, os EUA se comprometem a suspender a ameaça de invadir a ilha.
1963	Criação da "linha direta". Estados Unidos e a União Soviética assinam um memorando de entendimento para estabelecer um vínculo direto de comunicação, ou uma "linha direta" entre os dois Governos para ser usada em caso de crise
1965	Começa o chamado êxodo de Camarioca (Matanzas), que juntamente com os Voos da Liberdade, permitiu a emigração de mais de 100.000 pessoas de Cuba até 1973.
1966	Os EUA aprovam a Lei de Ajuste Cubano, que legaliza automaticamente aos imigrantes de Cuba que desembarquem em suas praias, também facilitando a oferta de emprego. É a política que ficou conhecida como "pé seco/pé molhado".
1980	Entre abril e setembro saem do porto cubano de Mariel cerca de 130.000 pessoas em direção aos EUA. Washington reforça o bloqueio radicalizando a propaganda, controlando as comunicações e estabelecendo leis

	restritivas.
1981	A nova administração do presidente Ronald Reagan estabelece uma política mais hostil contra Cuba
1990	O Governo cubano decreta o "Período Especial em Tempos de Paz", pelo qual impõe restrições para o consumo e para a economia. A queda dos regimes comunistas nos anos anteriores provocou o desabastecimento do mercado cubano e a escassez do petróleo.
1994	Crise dos balseiros. Cerca de 37.000 cubanos se lançam ao mar para tentar chegar aos EUA, em meio a uma crise econômica e de maiores protestos contra Fidel Castro.
1996	Bill Clinton promulga a Lei Helms-Burton que permite aos que têm negócios com Cuba exigir nos tribunais propriedades confiscadas de norte-americanos na ilha.
2000	Elián González, um garoto que viajou em uma balsa de Cuba a Miami, desencadeia a tensão entre os dois países. Um tribunal norte-americano nega asilo político para Elián nos EUA. Em outubro, Clinton autoriza a venda de alimentos e remédios para Cuba se o pagamento for em dinheiro.
2001	O presidente dos EUA George W. Bush anuncia que aplicará com maior rigor o embargo contra a ilha caribenha.
2007	O presidente norte-americano George W. Bush anuncia a criação de um fundo de ajuda econômica e outros incentivos para o desenvolvimento de Cuba, mas condiciona todas as medidas ao início de uma verdadeira transição para a democracia na ilha.
2010	O presidente dos EUA Barack Obama prepara uma série de mudanças para a política migratória norte-americana em relação a Cuba, e assim facilitar e flexibilizar as visitas à ilha, além do envio de dinheiro aos seus residentes, embora sem suspender formalmente o embargo contra o regime comunista de Havana em vigor desde os anos sessenta.
2013	Em junho, representantes de Cuba e EUA se reúnem para restabelecer o correio postal direto, suspenso desde 1963. Também fica acertada a retomada do diálogo sobre imigração, paralisado desde janeiro de 2011. Dentro da mesma dinâmica de contatos multilaterais, em novembro Obama se reúne com a dissidência interna de Cuba. Os opositores pedem ao presidente norte-americano que não inicie negociações com Havana sem contar com a voz dos dissidentes.

Fonte: Adaptado de EL PAIS (2014, p.1).

4 AMÉRICA LATINA NA ATUALIDADE – SÉCULO XXI

De 2000 a 2014, a América Latina teve um crescimento econômico médio anual de 3,2%, sendo superior às décadas anteriores. Tal dado se reflete principalmente na diminuição de condição de extrema pobreza (pessoas que vivem com U\$ 2.50 ao dia) e média pobreza (pessoas que vivem com U\$ 4.00 ao dia), bem como melhores índices de desenvolvimento humano que envolve o maior acesso aos serviços básicos e menor mortalidade materna e infantil (BÁEZ et al., 2017).

No entanto, as desigualdades na distribuição de renda ainda são um obstáculo a ser superado pelos países latino-americanos, destacando para a população afrodescendente que está entre os mais pobres, com maiores taxas de mortalidade infantil e materna, de gravidez na adolescência, de desemprego, e com menores rendas do trabalho. Poucas políticas ativas voltadas para formalização do emprego e aumentos reais do salário contemplam as classes mais pobres, resultando na restrição a vários serviços elementares para bem-estar humano. Por conta disso, em 2015, muitos países da região se comprometeram com objetivo de diminuir a desigualdade social, de acordo com Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, das Nações Unidas. (CEPAL, 2017b).

A preocupação recorrente na América Latina no campo econômico diz respeito ao endividamento, que está centralizada basicamente no setor público:

A dívida pública bruta do conjunto dos países da América Latina manteve uma trajetória ascendente e alcançou uma média de 37,9% do PIB em 2016, o que representa um aumento de 1,3 pontos percentual do PIB em relação ao nível de 2015. Esta tendência se evidenciou em 14 dos 19 países da região. Entre eles, o Brasil é o país que tem o maior nível de dívida pública, equivalente a 70,3% do PIB, seguido pela Argentina (54,0% do PIB), Honduras (45,9% do PIB) e Uruguai (44,8% do PIB) (CEPAL, 2016, p.9).

A previsão é de que a região cresça, em percentual menor, em resposta a certa resistência apresentada nas recentes crises econômicas. América Latina deverá ter um aumento considerável nos déficits da conta corrente e outros fatores externos. O crime e violência permanecem presentes na região com existência de gangues e facções multiplicando juventude violenta, tráfico de drogas, lavagem de dinheiro e violência doméstica trazendo números comparados às taxas registradas em países devastados pela guerra. Por outro lado, várias regiões sofrem com guerras civis e instabilidade política (BÁEZ et al., 2017).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A América Latina em um panorama global, sempre foi vista como um território de muitos contrastes em termos sociais e de vivências de períodos conturbados que se misturam a insegurança política e repetições de mesmos equívocos por meio de ciclos problemáticos. O mercado global, apesar de usufruir dos recursos, e até belezas naturais dos países latino-americanos, nitidamente

possui uma descrença na habilidade de recuperação econômica e política dessas nações à medida que é testemunha da ingerência de governos locais.

Por certo, que nações europeias como Portugal, Espanha e Inglaterra, assim como o vizinho americano EUA, tiveram contribuição na atual situação da América Latina. Participantes da colonização e do desenvolvimento econômico, enquanto metrópoles, os mesmos obtiveram lucros altos ao custo da exploração e dizimação da população latina.

Assim, o presente artigo buscou analisar aspectos relativos ao desenvolvimento histórico da América Latina, pontuando temas importantes que podem explicar desafios atualmente críticos na região, já que as dificuldades enfrentadas desde século XVI durante a colonização da América permanecem como características na fase contemporânea.

A América Latina foi a descoberta para o enriquecimento fácil de Espanha e Portugal, ambos com regime monárquico e com intervenções políticas da Igreja na Coroa, receber recursos naturais de habitantes sem resistência e organização foi considerado um prêmio divino. Independente do que viria a longo prazo, os exploradores furtaram tudo que podiam das comunidades indígenas que aqui viviam.

A forma com que América Latina foi desfalcada não possui medidas de mensuração, já que aspectos culturais foram destruídos, sanções e punições foram exercidas para eliminar qualquer possibilidade de crescimento e, indiscriminadamente foi imposta uma mentalidade de dominação onde explorados não possuem direito a questionamento de sua posição, o que pode ser caracterizado como uma relação de parasitismo social onde o hospedeiro (países latinos) é sugado sem resistência, mas nunca mortos, pois servem de alimento ao parasita. Não por acaso, essa relação parece se assemelhar, e se perpetuar através dos atuais sistemas organizados de corrupção interna presentes na América Latina, e de que, órgãos internacionais tanto alertam estar consumindo as riquezas desses países.

A agressividade se apresenta nas disputas de terra e em revoluções da América Latina, que teve milhões de pessoas mortas devido a líderes, em sua maioria ditadores, que exerceram poder sem medir consequências, como é o caso característico do Paraguai e seu líder López. A democracia não tem tido terreno fértil por problemas de militarismo, dificuldades nos diálogos, pois como é possível verificar, os poderosos, que usualmente são donos de terras, lideram desmandos desrespeitando o bem coletivo.

Aliado a isso, as diferentes raças que foram miscigenadas nesses países reforçaram a ideia de diferença e, posteriormente, a discriminação. Efetivamente, os indígenas e negros, oriundos do tráfico negreiro, foram se tornando a classe mais oprimida em todos os aspectos. E, os que sobreviveram foram herdando a história de miséria e falta de acesso às necessidades básicas de desenvolvimento humano, criando um contexto de marginalidade, no sentido real da palavra: à margem da sociedade. As desigualdades sociais foram abrindo ao longo dos séculos um abismo entre esses marginalizados e os poderosos, donos de terras ou líderes de atividades corruptas e/ou ilegais.

A dívida externa e interna que marca todos os períodos históricos da América Latina teve decorrência tanto devido à exploração de metrópoles, como da ganância e ingestão dos próprios governos latino-americanos. O que faltou em negociações, investimentos no mercado interno, políticas de gestão pública sobrou em propinas, aparatos militares, superfaturamentos entre outras práticas que comprovam a falta de administração pública de recursos, associada a uma sociedade com dificuldades de resistência, como a que vemos na descoberta da América.

Apesar da pesquisa bibliográfica e documental em acervo, tal artigo teve limitações na questão de períodos temporais estudados, dando ênfase ao período colonial (século XVI) e pós-independência por volta de 1800, com registros posteriores pontuais de fatos que são marcantes para a história da América Latina. Do mesmo modo, que se procurou não se aprofundar em países específicos, objetivando uma visão mais ampla da região. Dessa maneira, existe uma série de possibilidades de novos estudos que agregaria nos resultados obtidos em atual pesquisa. As opções são tanto relacionadas aos períodos, como por exemplo, as décadas de 1980 e 1990 os quais são marcadas por fatos importantes relacionados às políticas de mercado internacional, como pesquisas de menor abrangência, como os países membros do MERCOSUL, ou até uma nação em específico, focando em aspectos como desenvolvimento industrial, gestão de inovação, acompanhamento de indicadores econômicos, entre outras tantas vertentes características de um país.

Finalmente, o estudo em questão deixa um legado para despertar as possibilidades de mudança que a população latina anseia. A criação de soluções só é possível com a identificação da raiz do problema, de modo que trazendo dados históricos, dos quais mostram ciclos que se repetem, podemos crer que há uma questão cultural impregnada na sociedade em todos os níveis sociais. Discutir esses problemas à luz da pesquisa científica é uma tentativa de mudança.

REFERÊNCIAS

AMAYO, E. A Guerra do Paraguai em perspectiva histórica. **Estudos Avançados** São Paulo , v. 9, n. 24, p. 255-268, 1995 .

AYERBE, L. F. **Estados Unidos e América Latina**: a construção da hegemonia. São Paulo: UNESP, 2002.

BÁEZ, J. E. ;FUNCHS, A.; CASTELÁN, C. R. **2017¿Desarrollo Económico Inestable? Choques Agregados en América Latina y el Caribe**. Washington, DC: Banco Mundial.2017 Disponível em: https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/28892/Final%20Report%20-%20Aggregate%20Shocks%20and%20Economic%20Progress_Spanish%28web%29.pdf. Acesso em: 10 dez. 2017.

BIBLIOTECA DIGITAL MUNDIAL. **Uma carta de Cristovão Colombo**. Disponível em:< <https://www.wdl.org/pt/item/90/>>. Acesso em: 5 dez. 2017

BORON, A. **Estado, capitalismo e democracia na América Latina**. 2. ed São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CARDOSO, E. A.; HELWEGE, A. **A economia da América Latina**: diversidade, tendências e conflitos. São Paulo: Ática, 1993.

CEPAL. **Balanço Preliminar das Economias da América Latina e do Caribe-2016**. Relatório Anual 30 nov ,2016. Disponível em:http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/40827/1/S1601308_pt.pdf. Acesso em: 12 dez, 2017.

CEPAL. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. Base de Dados. **Estatísticas e indicadores econômicos 2017**. Disponível em:<<http://estadisticas.cepal.org/sisgen/ConsultaIntegrada.asp?IdAplicacion=1&idTema=1&idIndicador=31&idioma=e>>. Acesso em: 05 dez. 2017.

CEPAL. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. **Estudo econômico da América Latina e do Caribe 2017**: a dinâmica do ciclo econômico atual e os desafios de política para dinamizar o investimento e o crescimento. Disponível em:< <https://www.cepal.org/pt-br/publicaciones/42003-estudo-economico-america-latina-caribe-2017-dinamica-ciclo-economico-atual-os> Acesso em: 27 nov. 2017.

CORDEIRO, D. R. **Continente americano**: o novo mundo. Disponível em:<<http://slideplayer.com.br/slide/11666088/>>. Acesso em: 06 dez. 2017.

DONGHI, T. H. **História da América Latina**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1989.

DUGAR, E. **Moody's**: Rising emerging market debt increases risks; Brazil's debt growth leads Latin America. 20 jul.2016. Disponível em:< https://www.moody's.com/research/Moodys-Rising-emerging-market-debt-increases-risks-Brazils-debt-growth--PR_352457>. Acesso em: 13 dez. 2017

EL PAIS. **Relações Cuba - Estados Unidos**. Internacional. 17 dez. 2014. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/12/17/internacional/1418828794_080923.html. Acesso em 11 dezembro, 2017.

FERRER, I. **Tribunal de Haia analisará disputa de fronteira entre Bolívia e Chile**. El País. Internacional. 25 set, 2015. Disponível em:<https://brasil.elpais.com/brasil/2015/09/24/internacional/1443103573_103868.html>. Acesso em: 10 dez. 2017.

FILIPPI, E. E.; CHARÃO, C. C. Chile e Bolívia e o conflito para alcançar o oceano: guerra do pacífico e mudanças nas relações entre os dois países. v. 6, n. 27-28 (2015). **Conjuntura Austral**. Rio Grande do Sul, 2015.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FURTADO, C. **Formação econômica da América Latina**. 2.ed Rio de Janeiro: Lia, Editor, 1970.

GOMES, L. S. **América Latina: seus aspectos, sua história, seus problemas**. 2 ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: FGU, 1966.

GRANDES personagens da nossa história. São Paulo: Ed. Abril Cultural, 6 v. 1972.

HISTÓRIA do cone sul. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 1998.

HISTORY CHANNEL BRASIL. As paralelas se cruzam: unidos pela história. **Documentário**. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=d6olJNXjHaM&list=PLOrPJ_6Lt3wDU-nAeIH75jsaT1byoDgoE>. Acesso em: 10 dez. 2017.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MAHN-LOT, M. **A descoberta da América**. São Paulo: Perspectiva, 1984.

MATTOS, L. V. de. As razões do laissez-faire: uma análise do ataque ao mercantilismo e da defesa da liberdade econômica na Riqueza das Nações. **Rev. Econ. Polit.** São Paulo, v. 27, n. 1, p. 108-129, 2007.

MORAES, R. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32. 1999.

QUIJANO, A. **Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 19, n. 55, p. 9-31, dec. 2005.

RAMPINELLI, W. J. A Revolução Mexicana: seu alcance regional, precursores, a luta de classes e a relação com os povos originários. **Revista Espaço Acadêmico**. n 126 (2011). Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/viewFile/14401/8147>> Acesso em: 10 dez. 2017.

ROMERO, J. L. **América Latina: as cidades e as ideias**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

SILVA, A. J. H. da. **Metodologia de pesquisa: conceitos gerais**. Guarapuava: Editora UNICENTRO, 2014.

SILVA, M. A. da. **Cuba e a eterna guerra fria: isolamento ou reinserção?**. 2006. Tese (Doutorado em Integração da América Latina) - Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/84/84131/tde-11102012-115653/pt-br.php>> Acesso em: 11 dez. 2017.

SEGRERA, F. L. **Cuba cairá?** Petrópolis: Vozes, 1995,